

# HENRIQUE DE CARVALHO: UM EXPLORADOR PORTUGUÊS EM TERRAS ANGOLANAS NO SÉCULO XIX

Valéria Maria Borges Teixeira  
Universidade de São Paulo – USP

**E**ste texto trata da obra, *Ethnographia e História Tradicional dos Povos da Lunda (Expedição Portuguesa ao Muatiânvuva 1884-1888)*, de Henrique de Carvalho, que é um dos registros mais antigos sobre a Lunda, além de ser referência para quase todos os outros autores que escreveram sobre o nordeste angolano.

Henrique de Carvalho nasceu em 1843, em Portugal. Como militar da arma de infantaria serviu nas colônias portuguesas de Macau, em 1867 e em Moçambique, em 1877.

O estabelecimento de um novo “direito colonial” pela Conferência de Berlim, em 1884, que mudou as fronteiras dos países africanos, provocou uma crise nos direitos históricos de “descoberta e ocupação” alegados por Portugal sobre o território africano. Data da mesma época, a expedição científica às terras lundenses, chefiada por Henrique de Carvalho, com o propósito de reconhecer a soberania de Portugal sobre esse território.

Como expedicionário, o militar escreveu seis livros a respeito de sua viagem: *Descrição da Viagem, Método Prático para Falar a Língua Lunda, Etnografia e História Tradicional dos Povos da Lunda, O Lubuco, O Jagado de Cassange na Província de Angola e o Estado Independente do Congo*, publicados na Revista Portuguesa Colonial e Marítima. Após as resoluções da Conferência de Berlim e as pretensões de outros países sobre a Lunda, Henrique de Carvalho publica a obra *A Lunda*, na qual reúne documentos para provar a “propriedade” do território lundense a Portugal.

*Ethnographia e História Tradicional dos Povos da Lunda (Expedição Portuguesa ao Muatiânvua 1884-1888)*, como literatura etnográfica influenciada pelas concepções teóricas do século XIX, se inscreve nas correntes “idealista” e “científica ou geográfica”. Castro Soromenho,<sup>1</sup> outro escritor que também estudou a terra Lunda no século XX, analisou que as duas tendências, formadoras do pensamento de Henrique de Carvalho, se não chegavam cientificamente a conclusões satisfatórias, resultavam em justificativas cômodas para a ideologia colonial. Soromenho reconhece, no entanto, que a estada de três anos na Lunda e o aprendizado da língua da região deram ao explorador português um melhor instrumental para suas traduções. Isso diferencia os apontamentos do viajante do de outros, que por não compreenderem a língua local cometeram grosseiras interpretações a respeito da sociedade lunda.

Os repertórios temáticos usados para a construção da literatura de viagem foram retirados das histórias da tradição oral. O explorador português em sua descrição testemunhal de historiador absorve as histórias orais para compor o ambiente etnográfico, fundamental para os viajantes da época. Desse modo, através do gênero literatura de viagem, ao qual pertence a obra *Ethnographia e História Tradicional dos Povos da Lunda (Expedição Portuguesa ao Muatiânvua 1884-1888)*, é possível também ler o discurso da História e do mito dos lundas.

Ao fazer a transposição das histórias orais lundas, Henrique de Carvalho inscreve em seu texto, parte da história de Angola referente à Idade Colonial (1575-1961), na qual a história da Lunda se situa. A referência aos tchokues, aos xinjes, aos minungos e aos luenas, registra os povos que hoje habitam o nordeste angolano e que formaram o Império Muatiânvua, antes de se desligarem dele.

O Império Muatiânvua se formou em fins do século XVI e se manteve até fins do século XIX, quando começou a sua decadência,

---

<sup>1</sup> SOROMENHO, 1968. p.1-2; 48-49.

após a invasão dos tchokues (1888-1898) e a investida dos exploradores em busca de novas riquezas. A industrialização da Europa fez crescer a ocupação do território africano pelos países europeus, mudando o eixo comercial (de compra de escravos, marfim e ouro) para o roteiro de aquisição de mão-de-obra, matéria-prima e riquezas minerais. Portugal, no entanto, tinha uma situação diferenciada no quadro das explorações européias na África, pois não possuía tropas nem capital para a ocupação efetiva de Angola e Moçambique e, muito menos, para avançar sobre os territórios situados entre essas duas colônias e outras regiões vizinhas que ele ambicionava.

A ocupação e divisão do território africano foram incrementadas com as grandes Companhias e Associações de exploração fundadas entre 1788 e o final do século XIX, como: Associação Africana, Sociedade de Geografia, National African Company, German East African Company, Filonardi e Mozambique Company. Os interesses governamentais e comerciais norte-americanos e europeus, principalmente, fizeram com que muitos exploradores dessas Associações e Companhias estivessem em Angola, como Livingstone, Stanley, Cameroun e Magyar e alguns portugueses como, Silva Porto, Capelo, Ivens, Serpa Pinto e Henrique de Carvalho.

A busca de riquezas e a conseqüente ocupação do território africano levaram à convocação da Conferência de Berlim (1884-1885), na qual se estabeleceram as normas para a “partilha da África” entre os imperialistas. Henrique de Carvalho comandou a ocupação de Angola pela Lunda. O mapa do continente repartido entre os europeus, impondo novas fronteiras às terras colonizadas, desrespeitou a diversidade cultural e racial africanas fazendo com que os povos originários de um lugar pertencessem a outra região.

Os viajantes portugueses do século XIX, ainda influenciados pelos ideais iluministas, eram financiados por Portugal com o intuito de explorarem suas colônias em busca de recursos naturais. Os empreendimentos científicos eram geralmente comandados por cientistas e militares cientistas que, sob pretextos de ordem humanista

de levarem o progresso e a civilização aos povos “selvagens”, marcavam o domínio territorial lusitano no continente africano.

Henrique de Carvalho, como responsável pela expedição portuguesa nas terras lundas, faz uma defesa ardorosa do histórico expansionista português, dada a posição de inferioridade que Portugal ocupava diante da Inglaterra, Alemanha e outros países europeus no século XIX, como se observa na dedicatória de sua obra para o Conselheiro Henrique de Barros Gomes:

(...) mas tambem não deixa V.Ex<sup>a</sup> de reconhecer quanto urge dar todo o impulso e toda a protecção a quaesquer estudos e investigações d'esta natureza, para que as nações estrangeiras, que d'elles se estão occupando, se não julguem as unicas nessa missão, nem continuem a apresentar-nos como incompetentes para esta ordem de trabalhos. (...) São desconhecidos quasi todos os trabalhos dos Portuguezes nos differentes ramos da actividade humana, e não o são menos os serviços, constantemente prestados ha mais de quatro seculos, pelos filhos do torrão patrio em que me honro de ter nascido, (...).<sup>2</sup>

Seguindo na mesma dedicatória de seu livro, o explorador português revela os verdadeiros motivos da expedição, sugerindo, ainda, que se editem publicações de “cunho oficial” a fim de se patentear o domínio português na África perante as outras nações:

(...), será esse o meio unico, de patentearmos a todas as nações os serviços que Portugal sempre tem prestado á civilização de toda a Africa, desde que a descobriu, percorreu e explorou, e affirmarmos que podemos satisfazer á necessidade de impreterivel, que temos, de não perder o logar na deanteira dos que pretendem na actualidade resolver todos os problemas que mais importam ao progresso da sciencia acerca da origem das raças africanas e acerca dos melhores e mais rapidos processos de ellas se civilisarem, (...).<sup>3</sup>

Os exploradores precisavam manter um contato com as sociedades tradicionais para melhor explorá-las, embora justificassem

---

<sup>2</sup> CARVALHO, 1890.

<sup>3</sup> CARVALHO, 1890.

essa aproximação dizendo levar a ciência e a cultura européias ao homem do interior da África. Após a Conferência de Berlim, firmou-se entre os países colonizadores, que todas as colônias deveriam ser de ocupação. Henrique de Carvalho em sua obra discorre sobre a necessidade de Portugal tomar rapidamente todo o território angolano, com o temor de que outros países invadissem as terras que os portugueses reconheciam como suas. Para isso, ele sugere que os portugueses devessem incrementar as explorações regionais pelo interior angolano, incentivando as migrações para áreas não povoadas.

A escritura de Henrique de Carvalho, dessa forma, não pode ser entendida como um simples relato de um viajante qualquer. Como testemunha de um determinado momento da História da Lunda, ela está carregada das impressões do narrador e comentador-viajante a respeito das sociedades tradicionais e, nesse sentido, oferece pistas para o conhecimento do passado.

A narrativa de *Ethnografia e História Tradicional dos Povos da Lunda (Expedição Portuguesa ao Muatiânvua 1884-1888)*, de Henrique de Carvalho, comporta um relato de cunho naturalista e que permite compreender o trabalho científico dos viajantes. Os apontamentos de viagem, como a história natural, procuravam abarcar a totalidade da natureza que, por extensão, incluía os homens, seus costumes e valores. O explorador português, em seus relatos, narra desde a geografia, a astronomia, o espaço, enfim, toda a parte física até a história dos povos lundas, seus costumes, artes, agricultura, alimentos, indumentária, habitações, armas, línguas e dialetos, caracteres étnicos da população e tudo que pudesse englobar o “universo” lunda. A narrativa de Henrique de Carvalho é intercalada pelo mito de origem dos povos da Lunda, tornado “lenda” na escrita do viajante, e pela História do antigo Império. O mito pode ser assim resumido:

segundo a tradição, os Lundas foram colocados por Katenge (Deus) entre os rios Calânhi e o Cajidíxi. Eles viviam em aldeias, cada uma com o seu chefe, os Tubungo. Iala, a uma dada altura, teve problemas com seus filhos Quingúri e Iala. Moribundo, Iala decidiu dar o trono à sua filha Lueji. Lueji sucedeu-lhe e casou-se com um caçador Luba,

Tchibinda Ilunga que, assim, se tornou chefe dos Lundas. Descontentes, Quingúri montou um exército e partiu rumo ao oeste e deu origem aos Bângalas.

O filho de Ilunga e Lueji, Ianvo, recebeu o título de “Muitia” (pela junção Muita e Ianvo = Muatiânvua) e após a morte da mãe exigiu a submissão das várias pequenas tribos lundas e formou um reino. Os seus parentes partiram a fazer expedições guerreiras e submeteram muitos povos que pagavam regularmente um tributo ao Muatiânvua.<sup>4</sup>

O mito sobre a formação do Império Lunda, ou mito de Lueji, recebeu diversas versões, nas quais os heróis civilizadores sofrem variações de características e de nomes. Porém, o fundo mítico, de forma geral, permanece o mesmo.

Marcada pelas idéias do século XIX, a obra do expedicionário português classificava o mito na categoria das “lendas” ou “histórias inventadas”, pois o positivismo baniu da historiografia tudo o que não podia ser “comprovado”. A História, para essa corrente de pensamento, era gerida pela irreversibilidade dos acontecimentos produzidos num tempo linear. Sendo assim, o mito, por ter como um dos seus fundamentos atrelados a reversibilidade, a reatualização das histórias num tempo cíclico, foi deixado de lado, passando a ser classificado como “lenda”, entendida, aqui, no sentido de “história inventada”.

O texto de Henrique de Carvalho é guiado pela “lenda”, reinvenção do mito, cuja narrativa é continuamente interceptada por dados históricos e datas imprecisas. A narração do expedicionário, em primeira pessoa, assume contornos subjetivos e vai sendo construída com as impressões e informações adquiridas com a experiência do viajante que recolhe registros junto ao povo lunda. Percebe-se que há, apesar da interpenetração dos discursos, um certo esforço por parte do explorador para separar a “lenda” da História, como no episódio da entrada de Quingúri (após ter deixado a Lunda) em Luanda, fazendo um pedido a Muene Puto para se estabelecer em suas terras:

---

<sup>4</sup> CARVALHO, 1890.

É difícil apurar datas entre o gentio, pelo modo irregular por que o dividem o tempo, e sobretudo quando os factos se referem a epochas anteriores ao tempo da pessoa que se interroga.

Neste caso, porém, há fontes tradicionaes em que todos são unanimes, como são – as guerras entre Massangano e Cambambe; (...); recordações que se conservam de que o governador a quem fallou Quingúri se chamava D. Manuel; as guerras em que elles entraram com as nossas forças contra a Jinga; e ainda a circumstancia de elles irem estabelecer-se na Lucamba em Ambaca, logo em seguida á nova posse naquella região. (...)

Há uma tal ou qual confusão, ainda assim, neste ultimo caso; mas como os factos de maior vulto é que se conservam na memoria, é natural também que D. Manuel seja o governador que lhes concedeu terras em Ambaca, fazendo-lhes este nome mais impressão que Fernão, Bento ou outro nome menos usual.<sup>5</sup> (grifo meu)

No excerto acima pode-se observar como o narrador usa o pronome possessivo *nossas* para se referir às forças militares portuguesas. A tentativa de Henrique de Carvalho em fazer um relato preciso e imparcial resvala na confusão de datas e na subjetividade do narrador, marcada pela ideologia do explorador militar ligado ao poder colonizador português.

O texto do expedicionário, no seu todo, está preso a uma historiografia, em que se procurava construir, illusoriamente, uma “verdade histórica”. Essa narrativa, como testemunho de um determinado momento da história cultural, com as descrições de locais e dos espaços geográficos da Lunda, com as impressões e comentários do viajante a respeito dos costumes das sociedades tradicionais, torna-se fonte histórica para conhecimento do passado. A impossibilidade de haver uma “História verdadeira”, com todas as prerrogativas de uma ciência positivista, faz com que a história narrada por Henrique de Carvalho possa ser lida como “lenda” e como História, não só porque os dados recolhidos por esse autor foram baseados na tradição oral e, portanto, sujeitos a várias versões, mas também porque a própria História, enquanto artefato narrativo é também construída ideologicamente, compondo e sonegando

---

<sup>5</sup> CARVALHO, 1890, p.78.

aquilo que melhor lhe convier. A tentativa do narrador de separar a “lenda” da História torna-se desnecessária diante da perspectiva de Hayden White, em *O texto histórico como artefato literário*:

(...) nenhum conjunto dado de acontecimentos históricos casualmente registrados pode por si só constituir uma estória; o máximo que pode oferecer ao historiador são elementos de estória. Os acontecimentos são convertidos em estória pela supressão ou subordinação de alguns deles e pelo realce de outros, por caracterização, repetição de motivo, variação do tom e do ponto de vista, estratégias descritivas alternativas e assim por diante – em suma, por todas as técnicas que normalmente se espera encontrar na urdidura do enredo de um romance ou de uma peça. (...).<sup>6</sup>

Henrique de Carvalho se apresenta como um contador de histórias, fazendo pausas na narrativa para retornar a um outro caso iniciado. Habilmente ele tenta separar os registros recolhidos da tradição oral daqueles que lhe parecem incluídos nas categorias de “mais verdadeiros”.

O modo minucioso com que Henrique de Carvalho detalha a “lenda” mostra a sua preocupação em ser fiel à tradição oral, apesar de o relato do viajante nomear a história sagrada dos lundas, portanto mito, de “lenda”. O mito ao ser transposto para a escrita se profaniza, além de, na visão do expedicionário, ser apenas uma história inventada através dos tempos. O narrador enfatiza aspectos que lhe parecem relevantes, para marcar uma História ou uma “lenda”, nos fins do século XIX, data de seu relato. A história oral, conjugada com as evidências a respeito de um passado “certificado”, “registrado”, determina, mais uma vez, a inseparabilidade entre “lenda” e História:

(...) O lugar onde dormiu Ilunga ficou assinalado para a posteridade e por isso fui minucioso na relação desta parte da lenda. (...).

Parece que a plantação das árvores, feita por Ilunga em redor da pedra, não foi feita ao acaso e o conjunto constitui hoje um monumento, que se aponta e explica aos viajantes que têm ido ao

---

<sup>6</sup> WHITE, 1994. p.100.



Calânhi, e que se conserva por ser indispensável no cerimonial da posse de um Muatiânvua. (...).

O monumento lá está, e como me foi possível, desenhei-o; a lenda é como fica exposta. (...).<sup>7</sup>

O racionalismo ocidental, também gerador do positivismo do século XIX, concebia a África Negra como distinta da Europa e América do Norte, pois nessa época havia um intercâmbio entre os sentidos acadêmico e imaginativo acerca do africano e que difundia a falta de historicidade do continente negro. Mary Louise Pratt, em suas análises dos relatos de viagem, mostra como o “olhar imperial”, ou seja, a visão do branco europeu estava representada no olhar dos viajantes sobre os ditos “não civilizados”. Esse fator, conforme Pratt, contribuiu para a divulgação de uma “consciência planetária”, uma forma de “consciência global”, fazendo com que o imperialismo não possa ser entendido apenas como um processo político e econômico, mas também deve ser compreendido como um modo eurocêntrico de ver o mundo, no qual se produziram idéias e concepções sobre os povos colonizados de forma estereotipada. As afirmativas, segundo as quais a África estava à margem da História da civilização ocidental também foram divulgadas na obra de Henrique de Carvalho ao se referir aos lundas, além de o expedicionário português sempre colocar a cultura européia em confronto com a africana, expondo as diferenças entre elas. Para tanto, o autor arma um discurso exaltando o “grau de civilização europeu” comparando-o como o “grau de rudeza africano”:

Pode explicar-se, pois, por estes factos, que estas tribus não puderam adquirir energia, nem crear uma população forte e activa?

O cérebro não funcionando atrophiou-se, e pode dizer-se que os europeus teem aqui de patrocinar e de dirigir a geração nova, porquanto os individuos, taes como se encontram presentemente, estão em estado de grande rudeza.

E sem os estímulos de um clima rigoroso, não se tornaram previdentes, nem souberam associar-se constituindo nacionalidades

---

<sup>7</sup> CARVALHO, 1890. p.68-70.

duradouras, e tampouco deixaram, que nós saibamos, os mais insignificantes vestígios do seu passado.<sup>8</sup>

Henrique de Carvalho se baseia na teoria da evolução de Charles Darwin, através da qual tentava analisar o poder que o meio ambiente teria na “evolução” física e mental dos habitantes da Lunda:

Custa-nos a crer que estes povos constituam, como já disse, uma raça especial, e antes nos convencemos que ha nelles uma mistura de tribus sujeita á influencia da acção longa, persistente e mesmo perniciososa dos terrenos de alluvião e pantanosos; influencias deleterias e degradantes que teem modificado talvez as formas, a côr e mesmo as faculdades mentais dos povos que nestas depressões do solo do continente foram obrigados a refugiar-se, fugindo ás invasões dos povos barbaros que entraram pelo norte e nordeste do continente, e se sujeitaram á dominação dos que já ahi encontraram, e os precederam na immigração.<sup>9</sup>

A formulação de idéias racistas é recorrente em todo o texto de Henrique de Carvalho, bem como a difusão de estereótipos referentes à “indolência” e “selvageria” do negro, contribuindo para a perpetuação da ideologia racista que é tributária de representações discriminatórias do africano. Ainda que tente se esquivar de tais pensamentos, o explorador português expõe o vínculo com concepções etnocêntricas, como na epígrafe da “Introdução” de sua obra. Ao se referir à *A Raça Negra*, de A. F. Nogueira, o viajante revela a filiação de suas idéias: “longe de estacionar, como se diz, o negro progride. Muitas raças negras mostram-se já preparadas para passarem a um estado de civilização superior”.<sup>10</sup>

Através de justificativas “humanistas” de levar a ciência para os “selvagens” africanos, a ideologia da empresa civilizatória colonial propagava que era necessário o emprego de técnicas agrícolas avançadas e a implementação de estradas de ferro como forma dos lundas conhecerem o progresso. Tudo isso facilitava a abertura de

---

<sup>8</sup> CARVALHO, 1890. p.39.

<sup>9</sup> CARVALHO, 1890. p.37.

<sup>10</sup> CARVALHO, 1890.

caminhos no interior africano, aglutinando as populações das regiões percorridas, pelas migrações forçadas, o que resultava, evidentemente, em vantagens para Portugal, pois a metrópole precisava de mão-de-obra para expandir e edificar seu projeto em terras angolanas. Na introdução de sua obra, Henrique de Carvalho faz um preâmbulo, procurando antecipar ao leitor a real situação em que se encontram os povos “selvagens” e a necessidade urgente de se levar técnicas para o desenvolvimento do lugar. Didaticamente, sempre exaltando a soberania de seu país, o autor começa a descrever as diferenças culturais entre a cultura portuguesa e a nativa dos africanos do nordeste angolano. Para o viajante, os lundas somente conheceriam o progresso se domesticados e se tivessem os ensinamentos dos portugueses. O explorador descarta qualquer ritual de plantio e colheita realizados pelos lundas, classificando os valores ancestrais de primitivos e rudimentares e desconhecendo a importância da orientação mítica do espaço africano das sociedades tradicionais, sustentadas na integração natureza e homem. Os equívocos constitutivos do conhecimento sobre a organização econômica, social, política e cultural africana se sedimentam sempre em justificativas de que a África não tinha passado. Toda essa idéia advém da oposição natureza e cultura pois, para o ideal eurocêntrico, o homem africano, com exceção daquele do noroeste do continente, era incapaz de produzir cultura, sendo um eterno “selvagem”.

A narrativa do explorador português é detalhista no recolhimento das tradições lundas, porém parece não entender o significado simbólico das cerimônias rituais africanas. O mito como história verdadeira, fundamental nas sociedades tradicionais, se torna na visão de Henrique de Carvalho uma história desprovida de caráter sagrado, enformada como “superstição e feitiço”:

As transformações moraes e sociaes por que passaram estes povos perdem-se na bruma dos tempos. (...) á reconstituição d’este estado, outrora tão fallado, do poderoso Muatiãnvua, que para os povos limitrophes era um mytho, e ainda para muitos é assim hoje considerado, invocando-o alguns para abusarem dos mais credulos.<sup>11</sup>

---

<sup>11</sup> CARVALHO, 1890. p.36.

O militar segue os trilhos de seu tempo. Crédulo na ciência como todo explorador europeu, ele se esforçou por manter uma certa proximidade com os lundas, e exprime-se como “amigo” que conseguiu criar laços afetivos com os africanos. No entanto, fica explícito através de sua narrativa o distanciamento cultural que não lhe permite reconhecer a cultura alheia. A viagem não é somente um movimento para outro espaço e tempo, ela permite trocas culturais e um diálogo com o habitante do lugar. Contudo, o envolvimento social de Henrique de Carvalho vai até os limites do interesse do expedicionário português, ou seja, conhecer o lugar e seus moradores para melhor explorá-los, bem como produzir uma literatura etnográfica como exigiam os modelos cientificistas do século XIX.

De acordo com a teoria do *dialogismo* de Bakhtin, pode-se enquadrar o discurso de Henrique de Carvalho como um exemplo singular de monologia. O texto do explorador português privilegia a descrição a respeito do lugar visitado, com informações sobre os costumes do povo da região. Em princípio, nota-se um discurso objetivo, mas que no decorrer da narrativa ganha em subjetividade através da explicitação de opiniões do narrador.

Para Bakhtin, todo discurso é *dialógico*, no sentido de pressupor discursos anteriores e posteriores à formulação do enunciado. Contudo, há formas de se mascarar a manifestação dialógica, impondo-lhe uma monologia em que parece se instaurar apenas um enunciador, que apresenta um ponto de vista único, verdadeiro e unilateral. A esse tipo de construção, o pensador russo denomina discurso *monológico* que, entretanto, de monológico só tem a forma, pois, se todo enunciador é produto de *uma determinada sociedade*, é impossível conferir um caráter unívoco e não ideológico a qualquer que seja o discurso.

Continuando com a análise do texto introdutório de *Ethnografia e História Tradicional dos Povos da Lunda (Expedição Portuguesa ao Muatiânvua 1884-1888)*, se verifica qual era a imagem que o viajante tinha do “outro”, o negro lunda:

(...) estou convencido de que o africano, por mais boçal que seja, aceita o ensino, e d'este procura tirar todo o proveito, quando dirigido fora de um meio aniquilador e improgressivo. (...)

A educação indígena aqui no interior é infructifera, (...).<sup>12</sup>

Seguindo com o mesmo pensamento, Henrique de Carvalho vai dizer que o negro não está “preparado para se ocupar de cousas abstractas, superiores ao seu estado mental” e que em todas as “tribus se notam as mais grosseiras superstições, que dominam os espíritos, e a crença nos feitiços que as levam ás crueldades mais absurdas!”<sup>13</sup>

A monologia discursiva é revelada em cada um dos fragmentos textuais. O enunciador dos discursos não dá voz ao “outro”, o negro, que é o foco da enunciação. Todavia, se verifica a presença de outras “vozes”, além daquela do escritor-viajante, que faz a descrição. Essa presença transparece na instância formal que, por sua vez, reflete o conteúdo ideológico do texto. O enunciador, ao elaborar seu discurso, utilizando expressões como *por mais boçal*, *superiores ao seu estado mental*, *grosseiras superstições*, deixa refletir a sua visão ideológica e a do grupo ao qual pertence, ou seja, a dos colonizadores portugueses, que têm como objeto e objetivo, nos seus discursos, o estudo do negro e a exploração das terras africanas. Ao tomar como objeto a colonização das terras lundas, o enunciador instaura o “outro” com um silenciamento total da voz do negro, instalando-se uma *dialogia em devir*, na qual o negro não fala, mas somente é referido. Dessa maneira, embora explicitado por uma voz, diferente da sua, o negro é representado no discurso. Logo, quando se observa, na narrativa de Henrique de Carvalho, explicações a respeito dos objetos e da forma pela qual os lundas se organizavam para caçar, através de expressões como *armas e utensílios de madeira*, *covas mascaradas com ramos e folhagens*, se depreende que essas descrições somente puderam ser construídas a partir das

---

<sup>12</sup> CARVALHO, 1890. p.28.

<sup>13</sup> CARVALHO, 1890. p.36.

ações dos negros lundas. É dessa forma que a voz dos lundas aparece, ainda que num plano secundário, apagada e abafada pelo discurso do colonizador português.

Lendo o discurso de Henrique de Carvalho por essa ótica, observa-se que o viajante não consegue compreender o “outro”. Pensando-se de outra maneira, poder-se-ia supor que para o “outro” – o africano – o reflexo da diferença cultural ocorreria da mesma forma, ou seja, o colonizador seria apenas um “selvagem explorador”, que espoliaria a cultura dos negros lundas. Entretanto, tal fato seria mais difícil de acontecer, pois em se tratando de um processo de colonização, aquele que tem o poder termina por impor a sua cultura sobre o outro.

O discurso do expedicionário português, com características monologizantes, exclui toda e qualquer possibilidade da “diferença”, pois se nega a dar voz ao “outro” e o reduz a um mero “objeto”. O mecanismo da exclusão da diferença se verifica à medida que o narrador procura “civilizar” o “outro”, ou seja, tornar o “diferente” – negro – igual ao “mesmo” – português.

A história positivista estruturadora do pensamento de Henrique de Carvalho, constrói uma História para a metrópole portuguesa sem riscos e fraturas, colocando Portugal como vítima dos países europeus e como país civilizador africano. O passado português, de acordo com a visão do expedicionário é sempre grandioso, em oposição ao da África Negra. A história benjaminiana, que nega todas as totalizações positivistas e critica uma historiografia construída linearmente pelas classes vencedoras, é um ponto de vista outro para se elucidar a História africana, repleta de passado como a de qualquer outro continente:

(...) o número de páginas concedidas pelo autor aos diferentes momentos e aos diversos aspectos do passado é uma média entre a importância que estes aspectos têm a seus olhos (...). (...) os povos ditos sem história são, simplesmente, povos cuja história se ignora, e os primitivos têm um passado, como todo mundo. (...).<sup>14</sup>

---

<sup>14</sup> VEYNE, 1995. p.18.

A estrutura da narrativa e o contexto, em que foi escrito o livro do expedicionário português, dão um entendimento a respeito da perspectiva ideológica do explorador na Lunda do século XIX, situando o narrador no seu tempo histórico. Da mesma forma, a leitura da obra do viajante permite que se tenha uma certa compreensão do passado das nações, sobretudo as africanas, que foram vítimas do processo colonizador comum realizado por Portugal.

Além de tudo isso, *Ethnografia e História Tradicional dos Povos da Lunda (Expedição Portuguesa ao Muatiânvua 1884-1888)* conta também a História de Angola, pois aponta o autor Henrique de Carvalho, participante de acontecimentos históricos da fase mais recente da Lunda (fins do século XIX), e seu relato de explorador publicado com o intuito de “fazer ciência” e de comprovar o domínio do império português sobre o território angolano.

## **Referências Bibliográficas**

- BAKHTIN, Mikhail Voloshinov. *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. Ensaios sobre literatura e história da cultura. Trad. Sergio Paulo Rouanet e Jeanne M. Gagnebin. 6.ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- CARVALHO, Henrique A. Dias de. *Etnographia e história tradicional dos povos da Lunda (Expedição Portuguesa ao Muatiânvua 1884-1888)*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890.
- PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Trad. Jézio H. Bonfim. Bauru: EDUSC, 1999.
- SOROMENHO, Fernando Monteiro Castro. *Lunda: da formação do império às fronteiras coloniais*. Documentos do Centro de Estudos Africanos (Curso de Sociologia II, - África Negra, Estudo Histórico-sociológico) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1968.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*; Foucault revoluciona a história. Trad. Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 3.ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995.

WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre crítica da cultura*. Trad. Alípio C. F. Neto. São Paulo: Edusp, 1994.

## Resumo

Este texto examina a literatura de viagem de Henrique de Carvalho, procurando observar as motivações sócio-políticas que redundaram na expedição portuguesa às terras lundas e na escritura de *Ethnografia e História Tradicional dos Povos da Lunda (Expedição Portuguesa ao Muatiãnvua 1884-1888)*. O relato do explorador e seu testemunho histórico de cunho positivista sobre a região e a população do nordeste angolano, Lunda, obedecem aos interesses colonizadores portugueses na demarcação dos limites territoriais da colônia de Angola. A análise da concepção do viajante a respeito da África revela uma visão eurocêntrica, que reafirma a idéia de que o africano era incapaz de produzir História.

## Abstract

This text examines the travel literature by Henrique de Carvalho, trying to observe the socio-political motivations which resulted in the Portuguese expedition to the lundas territory and in the writing of *Ethnografia e História Tradicional dos Povos da Lunda (Expedição Portuguesa ao Muatiãnvua 1884-1888)*. The explorer's account and his historical testimony of a positivist nature about the region and the population of the Angolan northeast, Lunda, obey the Portuguese settlers' interest in defining the bordering limits of the colony of Angola. The analysis of the traveler's conception about Africa reveals an eurocentric vision which reaffirms the idea that the African was incapable of producing History.